

“Uma boa reza e uma dose de estricnina”

por Claudia Sfatle
de Brasília

“Para matar, uma boa reza e uma boa dose de estricnina bastam.” Com essa frase, dita com muito bom humor, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, procurou estabelecer as delimitações da reunião dos países devedores, nos dias 21 e 22 próximo, em Cartagena, na Colômbia, e o que ele chamou de “negociação bilateral” — entre devedor e banco estrangeiro credor. A reunião dos sete países latino-americanos desempenhará o papel da “reza” — ou a criação de uma consciência sobre a necessidade de reduzir os juros internacionais e os mecanismos de protecionismo comercial. “A estricnina”, no raciocínio do chefe da Seplan, será aplicada pelos negociadores brasileiros no momento em que se sentarem com os banqueiros para discutir prazos, “spreads”, comissões, juros e demais condições para a renegociação da dívida externa.

O ministro fez essas ponderações durante uma solenidade na Embaixada da França, em Brasília, quando foram condecorados com medalha de honra do governo francês o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, e o assessor internacional da Seplan, José Botafogo Gonçalves. Delfim refutou qualquer expectativa de o

governo brasileiro — representado pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e pelo chanceler Saraiva Guerreiro — comparecer à reunião de Cartagena portando propostas concretas de como conduzir a renegociação dos países endividados. O que o Brasil pretendeu, ao participar de uma articulação política de tal porte, entende Delfim, foi a abertura de “um guarda-chuva” que proteja as negociações bilaterais.

OS FRUTOS

Nesse sentido, as autoridades econômicas estão de acordo em que a ação conjunta dos países pobres já rendeu bons frutos: a taxa de juros poderia ter subido para 13%, não fosse a mobilização dos devedores, que balançou não só os meios financeiros internacionais como também os governos dos países industrializados. O ministro do Planejamento admite que todas as previsões indicam que os juros internacionais vão chegar à faixa dos 15%. “A minha esperança, porém, é de que, sempre que os análises econômicos projetam que vai acontecer ‘a’, acontece ‘menos a’.”

Para eles, não adianta ficar pregando coisas do tipo taxas de juros “fixas” para os países devedores. “Isso é ridículo.” E acrescenta que nenhum banqueiro internacional vai aplicar uma taxa de juros inferior à que captou.

Ademais, o que ocorre hoje é que “a cobra está comendo seu próprio rabo”. Delfim explica: as taxas de juros não são impostas pelo governo norte-americano como um instrumento de exploração dos países do Terceiro Mundo. Elas obedecem a forças de mercado. Seria interessante para o governo dos Estados Unidos que os juros fossem de 8, e não de 12,5%. Só por essa diferença o déficit público cairia de US\$ 200 bilhões para US\$ 120 bilhões. Mas os juros, permanecendo num patamar elevado, resultam em maior atratividade de investimentos estrangeiros nos Estados Unidos. Investimentos estes que são importantes para minimizar o enorme saldo negativo da balança comercial norte-americana, que está na faixa de US\$ 12 bilhões mensais.

Portanto, reduzindo os juros, os investimentos deixam de ser atrativos, e, para fechar seu balanço de pagamentos, o presidente Reagan teria de conter as importações: “Aí nós perdemos por outro lado”, observou Delfim Netto, prevendo como decorrência prejuízos nas vendas brasileiras aos Estados Unidos. Parece, no raciocínio do chefe da Seplan, dessa forma, que a perda para os devedores é inevitável. Ao governo brasileiro restaria, assim, fazer as contas e apurar onde pode perder menos.